

# Crise econômica abalou cenário político

Dida Sampaio/AE-26/11/97

*Com a queda mundial das bolsas, governo e Congresso tiveram de acertar passo à força*

MIRIAM MOURA

**B**RASÍLIA – A avaliação é do presidente Fernando Henrique Cardoso: os dois piores momentos de seu governo foram causados pela economia, efeitos das crises financeiras do México e da Ásia. A retrospectiva feita pelo presidente, que foi eleito graças à estabilização econômica obtida com o Plano Real, resume o aprendizado do ano – nunca a economia e a política tiveram uma interseção tão direta como agora.

Os governantes precisaram torcer por um bom desempenho econômico mundial e os erros nas previsões representaram, para todos, elevados riscos políticos. Se em 1997 a economia e a política dançaram no mesmo compasso, houve desacerto no discurso do governo e dos políticos brasileiros com o ritmo global.

Com o susto dado pela crise mundial das bolsas, o passo teve de ser acertado à força: o governo convenceu-se da necessidade de tomar medidas duras em ano pré-eleitoral e o Congresso resolveu aprová-las em tempo recorde e retomou a votação das reformas constitucionais.

**Equívocos** – A perplexidade dos políticos com a gravidade da crise econômica é proporcional aos equívocos de projeções feitas poucos meses antes do terremoto financeiro. Em abril, Fernando Henrique garantia, tranqüilo: “No horizonte de curto prazo, entre dois ou três anos, não há crise visível.” Na época, o presidente afirmou que as reformas constitucionais eram importantes, mas surpreendeu aliados quando fez uma ressalva: “Dizer que o Real depende das reformas é mentira.” Era uma crítica ao eterno discurso de sua própria equipe econômica.

Em 1.º de julho, Fernando Henrique voltava a bater na tecla de que as reformas eram essenciais ao País. Ao discursar para uma platéia de 400 empresários, ele ressaltou: “Ou se fazem as reformas ou não se tem mais recurso para avançar.”

Apenas três semanas depois, o ministro das Comunicações, Sérgio Motta, criticou aliados e ainda



*Gustavo Franco: metáforas para enfrentar ataque especulativo*

jogou uma pá de cal na reforma previdenciária. “Vamos só concluir a reforma administrativa”, observou. “A da Previdência vamos deixar rolar, até porque não é tão urgente.”

Em abril, o presidente também havia criticado “artigos de economistas-tazinhos” que alertavam para a questão fiscal. “Queria que eles dissessem onde cortar, ninguém dá a fórmula”, reclamou, ao afirmar que o governo estava fazendo a sua parte.

Depois da crise de outubro, porém, o Palácio do Planalto percebeu que estava fazendo pouco e precisou baixar às pressas um pacote de R\$ 20 bilhões, entre corte de gastos e aumento de impostos. O pacote veio depois de outra medida extrema, a elevação das taxas de juros.

A rapidez do efeito dominó na

queda das bolsas assombrou o governo no fim de outubro. Em julho, quando começou a crise da Tailândia, muitos economistas identificaram ali os primeiros sinais de que a saúde financeira do Sudeste Asiático não ia bem. A equipe econômica não viu motivos para preocupação. O então presidente do Banco Central, Gustavo Loyola, assegurou que o Brasil não corria o risco de ser contaminado pela crise.

**Infecções** – Na avaliação de Loyola, a crise cambial iniciada na Tailândia, que já atingira também a Malásia e a Indonésia, não deveria tornar-se sistêmica e atingir países latino-americanos. Por isso, explicou, não havia nenhuma possibilidade de reflexo dessa crise no Brasil. “As crises cambiais são como infecções oportunistas: só ocorrem quando há alguma fragilidade”, comparou. “A economia está forte e tem consistência.”

Três meses depois, chegou a crise de Hong Kong – que derrubou as bolsas de valores de todo o mundo. O presidente foi rápido em elogiar a

atuação da equipe econômica e avisou que o governo tinha uma “muralha firme” contra os que tentassem atacar o Real. Em dois dias, o País viu desaparecer US\$ 9,6 bilhões das reservas cambiais.

**Ofensiva** – O presidente do Banco Central, Gustavo Franco, resumia em uma pergunta a insegurança geral: “Afim, o que está acontecendo?” Franco recorreu a metáforas para descartar a hipótese de que o Plano Real tivesse sofrido um ataque especulativo. “Uma coisa é navegar em mares revoltos, a outra é ficar levando tiros.”

Em novembro, depois de já instalada a crise, o governo tratou de recuperar o tempo perdido e desencadeou uma ofensiva para aprovar o pacote fiscal no Congresso. O ministro da Fazenda, Pedro Malan, em exposição de sete horas no Senado, repetia aos parlamentares: “A crise internacional não acabou, não podemos relaxar e esquecer o resto do mundo.”

Malan explicou aos políticos que era fundamental mostrar aos investidores o descolamento da economia brasileira dos problemas do Sudeste Asiático. “Ou os investidores, depois da Coreia, poderão achar que a próxima área de risco é por aqui”, argumentou.

Anfitrião de Malan no Senado, o presidente da Casa, Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA), não cedeu na exigência de reduzir o aumento de 10% no Imposto de Renda para pessoa física, pretendido pelo governo. “Continuo achando que o aumento do Imposto de Renda deve ser abolido desse pacote”, disse o senador, depois da exposição do ministro.

A elevação do Imposto de Renda não foi abolida, mas políticos e governo tiveram de achar um ponto de consenso – o aumento atingiu menos contribuintes e a equipe econômica pôde compensar a perda elevando a tributação dos fundos de renda fixa, sugerida pelo Congresso. A negociação para aprovar o pacote foi uma das mais árduas do ano, mas o resultado foi compensador, na avaliação do governo. Fernando Henrique reconheceu que a Medida Provisória 1.602 – que aumentou o Imposto de Renda e foi aprovada em tempo recorde no Congresso – ficou melhor do que a enviada pelo Executivo.

Assim, embora tenha dito, em abril, que era mentira afirmar que o Plano Real dependia das reformas, o presidente reconheceu: “Se tivéssemos já as reformas, talvez não precisássemos hoje de medidas tão duras.” Mas o mês já era o de novembro e a época era de garantir apoio político para as medidas do pacote fiscal no Congresso.